

ARTIGO

A FFLCH/USP E OS DIREITOS HUMANOS

PROF. DR. SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU
DIRETOR

A Carta das Nações Unidas, em 1946, estabeleceu como objetivos da educação em direitos humanos “cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e *promovendo e estimulando o respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião*” (in Ishay, 2006, p. 648). Sucessivos acordos e convenções internacionais cuidaram de reafirmar esses princípios. Na Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, firmaram-se como objetivos fundamentais para a comunidade internacional a promoção e proteção dos direitos humanos.

Essa Conferência Mundial comportou novidades no domínio da educação para os direitos humanos. Primeiramente porque recomendou a incorporação formal de direitos humanos nos currículos escolares, em todos os níveis, da formação básica à formação profissional especializada. Em segundo lugar, alargou o elenco de atores responsáveis pela promoção desses direitos para além das responsabilidades dos Estados, inclusive o decisivo papel das universidades.

As universidades encontram-se em posição privilegiada nesse processo. Conquanto direcionadas para a formação profissional e científica de adultos, elas reúnem condições ímpares para produção

e disseminação de cultura, sobretudo sob a modalidade de conhecimento científico nos mais diferentes campos da vida associativa cujos resultados são passíveis de serem incorporados em programas e políticas de promoção do desenvolvimento, da justiça, do bem-estar, da igualdade de direitos e das liberdades públicas. A par da formação de recursos humanos, as universidades tem ainda sob seu encargo a tarefa de disseminar conhecimento para públicos amplos, entre os quais formadores de opinião pública e, em especial, aqueles voltados para a educação de crianças e adolescentes. As universidades formam educadores.

Nessa mesma linha de orientação, é recomendável que princípios de direitos humanos, tais como o respeito à diferença e à dignidade do outro, estejam presentes no horizonte da cultura profissional e organizacional que orienta a ação dos profissionais que realizam tarefas de extensão universitária, entre as quais prestação de serviços de saúde à frente dos hospitais, prestação de assistência judiciária gratuita, alfabetização e reforço escolar, assessoria à moradia e ao acesso à infraestrutura urbana. Não menos relevantes são tarefas de consultoria e assessoria junto aos governos, legitimamente eleitos e constituídos, e às organizações não governamentais com o propósito de monitorar graves violações de direitos humanos, reduzir oportunidades de emprego da

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR:

Prof. Dr. João Grandino Rodas

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**DIRETOR:**

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME:

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Modesto Florenzano (DH), Prof. Dr. Cicero Romão Resende de Araújo (DCP), Prof. Dr. Moacyr Ayres Novaes Filho (DF), Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria (DLCV) e Sra. Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros (Membro Assessor).

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COORDENAÇÃO:**

Dorli Hiroko Yamaoka - MTb. 35815

Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros - MTb. 35814

REVISÃO:

Wiviane Ribeiro do Carmo

SECRETÁRIA:

Neusa Bispo de Oliveira

AUDIOVISUAL:

Renan Braz Martins

Carlos Roberto Xavier

Sumário

ARTIGO

A FFLCH/USP E OS DIREITOS HUMANOS 1
 PROF. DR. SÉRGIO FRANÇA ADORNO DE ABREU

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INFORME SOBRE COMISSÃO DE COTAS 4
 PROF. DR. VAGNER GONÇALVES DA SILVA

COTAS: SÍNTESE PARA INICIAR O DEBATE NA
 FFLCH/USP 4

PROF. DR. KABENGELE MUNANGA

PREMIAÇÃO

PROFESSOR DA FFLCH RECEBE PRÊMIO DA FUNDAÇÃO
 DAS NAÇÕES UNIDAS 10
 POR LUIS RICARDO BÉRGAMO 10

PROFESSORA ROSA ÉSTER ROSSINI RECEBE TÍTULO DA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 11
 POR LUIS RICARDO BÉRGAMO

ALUNA DA FFLCH RECEBE PRÊMIO CAPES DE TESE
 2012 E MENÇÃO HONROSA NO CONCURSO DE TESES DA
 ANPOCS 2012. 11

PROJETO NASCENTE PREMIA ALUNO DA
 FFLCH 12
 REPORTAGEM: LUIS RICARDO BÉRGAMO 12

EVENTO

PRESIDENTE DA IRLANDA VISITA A USP E FIRMA ACORDO
 COM A FFLCH 12
 POR: LUIS RICARDO BÉRGAMO 12

PRODUÇÃO CIENTÍFICA 13

violência diante de conflitos sociais e consolidar o nexos entre esses direitos e os princípios que regem a vida coletiva nas sociedades democráticas.

A FFLCH/USP tem larga tradição de respeito e identidade com direitos humanos. Teve destacado papel na luta contra a ditadura militar, sobretudo contra suas consequências sobre a vida acadêmica. Persistiu resistindo contra as heranças e sobrevivências do autoritarismo não apenas no interior da universidade como também na sociedade mais ampla. Tem se associado aos governos democráticos e à sociedade civil organizada na defesa e promoção de todo o elenco de direitos humanos, em especial aqueles mais diretamente associados à proteção dos direitos inalienáveis à vida e às liberdades civis e públicas tanto quanto denúncias contra qualquer espécie de violação ou abuso por parte de quem quer que seja. Se há um princípio fundamental que tem sido preservado no interior da comunidade acadêmica da FFLCH/USP é o respeito à diversidade da produção científica e cultural. Nisto repousa certamente sua riqueza e vigor institucional.

Todos sabemos, porém, que atravessamos um momento de profunda convulsão política internacional. Neste mês de comemoração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assistimos impassíveis, em distintas partes do mundo, a persistência de graves violações de direitos humanos: migrações forçadas; novas formas de escravidão; conflitos pelo controle de recursos naturais, riqueza e territórios; conflitos envolvendo quer Estados e civis, quer Estados, nações e grupos étnicos, com nações e etnias com elevado número de mortes a despeito dos acordos e convenções internacionais; violências de toda sorte com motivações racistas, homofóbicas, sexistas alcançando grupos mais vulneráveis e menos protegidos pelos direitos, como mulheres, crianças e adolescentes, afrodescendentes entre outros. Não seria demais lembrar os conflitos envolvendo árabes, palestinos e judeus, ou a guerra civil na Síria.

No Brasil, a despeito dos avanços conquistados com quase trinta anos de vida democrática, não se logrou ainda uma vida societária pacificada. Os re-

centes acontecimentos em São Paulo, mais propriamente a escalada de mortes envolvendo policiais e civis em um ciclo recíproco de vinganças, revelam que princípios fundamentais de direitos humanos ainda não se consolidaram como parte da cultura das organizações encarregadas de implementar leis e garantir a ordem pública. O uso abusivo da força policial na contenção do crime urbano é recorrente em todo o país, assim como o emprego de violência fatal nos conflitos envolvendo disputas em torno do controle de atividades ilegais. Graves violações de direitos humanos persistem seja sob a forma de ataques à integridade física nos espaços públicos e privados, seja sob a forma de desigualdades socioeconômicas ou de direitos.

Estamos em momento privilegiado para dar um salto de qualidade nos tradicionais vínculos entre a FFLCH e os direitos humanos. Certamente, podemos fazer mais do que vimos fazendo. Impõe-se inventar novas formas de ação e de educação em direitos humanos, em torno de alguns eixos fundamentais: a recusa à violência como modalidade de enfrentamento dos conflitos e, em seu lugar, o exercício permanente e paciente da negociação e do intercâmbio de ideias e ideais. A par dos clássicos direitos, consagrados na edição da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, estamos diante de novos desafios relacionados aos chamados direitos de quarta geração, que alcançam objetos distintos da vida humana, mas a ela relacionados, como a proteção do meio ambiente. Um programa novo neste domínio para a FFLCH requer incluir as relações entre ciência e direitos humanos, arte e direitos humanos, bem como ética e direitos humanos. Requer também um trabalho de invenção quanto aos formatos de comunicação com apelo às novas mídias e às redes sociais. Certamente, nenhum êxito será possível sem o engajamento de alunos, docentes e funcionários. Cada qual, a seu modo e segundo os meios que lhe são próprios, é capaz de contribuir para a tradução de princípios em direitos, sobretudo em benefícios dos grupos sociais mais vulneráveis.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

INFORME SOBRE COMISSÃO DE COTAS

PROF. DR. VAGNER GONÇALVES DA SILVA
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

A Comissão de Cotas ad hoc foi criada pela Congregação da FFLCH para organizar a discussão sobre o tema das cotas raciais na Universidade de São Paulo. É composta pelos professores Vagner Gonçalves da Silva (presidente), Antônio Sergio Guimarães, Maria Helena Machado e Rosângela Sarteschi; pela representante dos funcionários, Marie Pedroso; e pelas representantes dos alunos, Mayra Novais e Ana Beatriz Araújo (suplente). A Comissão reuniu material bibliográfico e documental segundo os seguintes temas: I- Pressupostos da discussão (Definição de Raça e Classe nas Ciências Humanas; Conceito de Raça; Escravidão e Raça); II- O que são Ações Afirmativas (Contexto de adoção de Políticas Públicas e Ações Afirmativas voltadas às Populações Negras e Indígenas; Pronunciamentos do STF; Principais formas de ações afirmativas utilizadas pelas universidades e pelo Ministério da Educação entre 2003 e 2012; Ações afirmativas empregadas por universidades brasileiras antes da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012; Beneficiários das ações afirmativas nas universidades brasileiras antes da lei de cotas; Formas

de controle e acompanhamento das ações afirmativas; Argumentos Contra; Argumentos a Favor); III- Sistema de inclusão social da USP (INCLUSP), e IV- Fontes para aprofundamento do debate. Na reunião da Congregação do dia 22/11/2012, este material foi apresentado e debatido com uma exposição do Prof. Mauro Bertotti sobre o sistema de inclusão da USP (INCLUSP), que não prevê cotas raciais.

A palestra do Prof. Kabengele Munanga, realizada com o apoio do Departamento de Antropologia da USP, fez parte das ações patrocinadas por esta Comissão.

O Departamento de Antropologia promoveu palestra com o Prof. Dr. Kabengele Munanga, no dia 23 de novembro, na sala 14 do Prédio de Filosofia e Ciências Sociais. Discursando sobre o tema Cotas, o professor foi ouvido por alunos, docentes e membros de diversos movimentos que lutam em prol das cotas. Segue a íntegra da palestra do Professor Munanga, que faz um histórico da discussão sobre cotas na Universidade, apresenta dados estatísticos e aborda as principais argumentações contra as políticas de cotas.

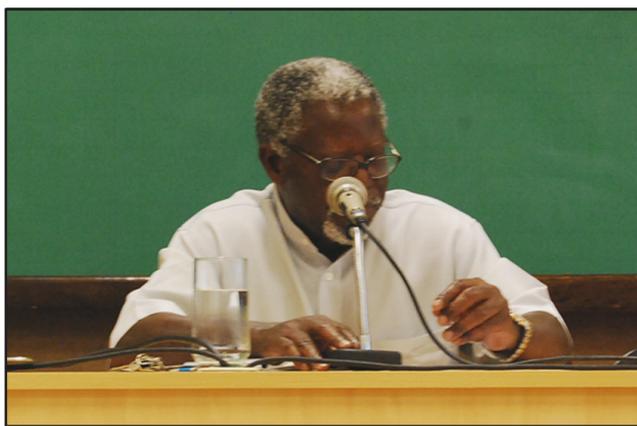
Reportagem: Luis Ricardo Bérnago

COTAS: SÍNTESE PARA INICIAR O DEBATE NA FFLCH/USP PALESTRA MINISTRADA NO DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA DA FFLCH/ USP EM 23 DE NOVEMBRO DE 2012

PROF. DR. KABENGELE MUNANGA
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

O debate sobre as políticas de ação afirmativa e de cotas em benefício de negros e índios no ensino público universitário parte do quadro de desigualdades raciais gritantes acumuladas ao longo dos anos entre brancos e não brancos. Essas desigualdades se observam em todos os setores da vida

nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação etc. Ora, no meio de todas essas desigualdades, a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conse-



guem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação; não tiveram acesso a uma boa educação por que seus pais são pobres. Neste beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, tem-se a discriminação racial como uma das causas das desigualdades. O objetivo das políticas afirmativas é justamente corrigir e reduzir essas desigualdades raciais acumuladas ao longo dos séculos e não introduzir um racismo “ao contrário”, como pensam alguns.

A introdução de cotas no ensino superior não é uma invenção brasileira. É uma política que já foi e está sendo experimentada por outros países do mundo que convivem com sistemas segregacionistas e discriminatórios, pouco importa suas formas históricas. Até onde vai nossa informação, a Índia se tornou independente em 26 de janeiro de 1947; em sua constituição republicana, esse país institucionalizou, a partir de 1950, um sistema de cotas em benefício dos cidadãos membros das castas intocáveis, os “*Dalit*” na proporção de 15% (ver a este respeito CARVALHO, J. Jorge *De Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar Editorial, 2005, p.10) e MADRUGA, Sidney. *Discriminação Positiva: Ações Afirmativas na Realidade Brasileira*. Brasília: Brasília Jurídica, 2005, p. 97-115). Apesar dos conflitos e tensões sociais provocados pela institucionalização de cotas, os partidos políticos dirigentes da Índia continuam a apoiá-las. O que resultou no acesso dos membros dessas castas aos empregos da vasta burocracia indiana, elevando o padrão de vida de alguns intocáveis, impelindo milhares à classe média, formando sua elite política e intelectual que não teriam existido se não fosse implantado constitucionalmente o sistema de cotas.

Outro país que implantou e experimenta cotas são

os Estados Unidos. Como consequência da luta pelos direitos civis deflagrada pelo movimento afro-americano, as cotas vêm sendo aplicadas desde a década de 60 com a finalidade de oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas visando a inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar, em seus programas, certa porcentagem para participação dos negros. No mesmo momento, programas de aprendizado de tomada de consciência da discriminação racial foram desenvolvidos, a fim de levar a reflexão dos norte-americanos à questão do combate ao racismo.

A esse respeito, William G. Bowen, ex-presidente da Universidade de Princeton, e Derek Bok, ex-presidente da Universidade de Harvard, desenvolveram um dos estudos mais aprofundados sobre o tema, revelando os efeitos dessas políticas no meio universitário e suas consequências para a sociedade norte americana (Ver BOWEN, G. William; BOK, Derek, Op.cit.).

Como resultado dessa política, as oportunidades de acesso ao ensino superior para a população negra norte-americana melhoraram ao longo dos últimos 40 anos. Durante o período de 1960 a 2000, os dados mostram um quadro positivo e um aumento significativo daqueles que ingressaram na educação superior. A percentagem de negros na idade ideal (entre 18 e 25 anos) matriculados nesse nível de ensino passou de 13% em 1963 para 30,3% em 2000, sendo o período de maior crescimento de 1967 a 1979, quando essa percentagem praticamente dobrou. A população negra matriculada no ensino superior representava 4,4% do total em 1966; dez anos depois, o número de negros subiu para 1 milhão e 33 mil e sua proporção para 9,6%.

O objetivo das políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos não é apenas a busca de uma melhoria geral das condições de acesso à educação da população negra, mas também visa à diminuição e ao desaparecimento das desigualdades raciais existentes na educação entre brancos e negros. As estatísticas oficiais apontam essa diminuição na seguinte relação:

ano	diferença racial %
1967	13,9
1976	4,6
1991	10,5
2000	5,3

(Fonte: Sabrina Moehlecke. *Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência e Justiça Racial*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – 2004, p.84)

De modo geral, percebe-se que o quadro de desigualdades no acesso à educação superior entre brancos e negros alterou-se nos últimos quarenta anos. Observa-se uma melhoria nas taxas gerais de ingresso e uma diminuição das diferenças entre os grupos raciais. Essa diminuição se deve justamente à intervenção do Estado através das políticas de ação afirmativa, em especial as cotas; à combinação das políticas universais de combate à pobreza com as políticas específicas e aos programas sociais de distribuição de bolsas de estudos e de empréstimo financeiro.

Embora em contexto discriminatório diferente, a questão fundamental que se coloca é a mesma enfrentada pelos norte-americanos e indianos, a de promover o ingresso dos excluídos nas universidades. Esta questão não parte do vazio, mas sim da constatação de que os outros não são representados, ou seja, não são visíveis nas universidades de boa qualidade. No caso brasileiro, a questão da exclusão dos negros no ensino superior é muito bem ilustrada estatisticamente pelas pesquisas mais recentes do IPEA I:

Do total dos universitários brasileiros, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes de orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (**Henriques, Op.cit. 2001**).

A questão concreta que se coloca a partir desses números é como fazer para aumentar o contingente negro no ensino universitário ou superior de modo geral, tirando-o da situação de 2% em que se encon-

tra depois de 124 anos de abolição, em relação ao contingente branco que, sozinho, representa 97% de brasileiros com diploma universitário? Ou seja, como aumentar a representação do negro na educação superior, visando tanto à melhoria das oportunidades de ingresso e permanência, como a diminuição das desigualdades acumuladas durante cerca de 400 anos?

O debate desencadeado no Brasil em torno desta questão tanto pelas mídias quanto pelos meios acadêmicos começou com certa superficialidade e com argumentos que não resistem a uma crítica serena. Mas hoje, cerca de 100 universidades públicas estaduais e federais já aderiram às políticas de cotas, apesar da ausência de obrigatoriedade pela lei. Apesar da resistência no meio das universidades elitistas do país, a adesão até hoje obtida, sem esperar a cobertura da lei, é bastante significativa.

Vale apenas lembrar aqui os argumentos retóricos apresentados e defendidos contra as políticas afirmativas em alguns meios intelectuais, acadêmicos, midiáticos e políticos:

Dificuldade de definir quem é negro no Brasil, por causa da mestiçagem que atinge a todos os brasileiros, o que chamo de inverdade flagrante, pois em um país em que a discriminação existe e é aceita, no mínimo quem discrimina sabe distinguir os discriminados. A questão se colocaria na situação extrema do mestiço que fenotipicamente apresenta todas as características brancas, que segundo Oracy Nogueira, já é branco, pois nossa classificação racial é de marca e não de origem como nos Estados Unidos. A definição das pessoas que se encontram nesta situação é uma questão política, pois fenotipicamente as consideramos como brancas. Não creio que uma fraude a partir dessa ambiguidade possa invalidar a política das cotas, como foi argumentado na Imprensa e na Academia.

Cota para negros foi visto como uma flagrante injustiça contra brancos pobres e contra índios. Esta é outra inverdade, pois os movimentos negros nunca se pronunciaram contra cotas em favor de brancos pobres e índios. O que falta é a mobilização de estudantes brancos pobres em favor das cotas que os beneficiariam, melhorando quantitativamente seu ingresso nas universidades.

Por que recorrer à política de cotas já

abandonada nos próprios Estados Unidos, por não ter ajudado no recuo da discriminação entre brancos e negros, pelo contrário. Outra inverdade ou desinformação, pois as universidades norte-americanas, públicas e privadas, nunca abandonaram o programa de cotas. A conceituada universidade de Harvard tem uma política de ação afirmativa muito bem sucedida que combina critérios raciais ou étnicos com critérios socioeconômicos. A universidade de Princeton tem um dos melhores centros de pesquisa e estudo das diversidades, criado com a contribuição do filósofo canadense Charles Taylor.

A cota vai criar no exemplo da Índia e dos Estados Unidos, conflitos e clima de hostilidade racial que o Brasil desconhece (**A tese de Ação Afirmativa como fonte de conflitos é defendida pelo afro-americano Thomas Sowell, no seu livro *Ação Afirmativa ao redor do Mundo: um estudo empírico*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2004**). Aqui nos perguntamos novamente, o Brasil é ou não racista? Se for racista, pois não há mais dúvida a respeito, os conflitos existem e devem existir, embora encobertos pelo mito de democracia racial e pelo silêncio, uma das peças importantes da ideologia racial brasileira. Pergunto-me também de onde viria o clima de hostilidade dos alunos brancos pobres também beneficiados pelas cotas, dos índios ou da casta rica e da classe média branca? Eu pessoalmente não acredito nesta tese.

A cota é anticonstitucional, pois perante a lei somos iguais. Este é geralmente o argumento apresentado contra cotas por alguns especialistas em direito, advogados e procuradores. Do ponto de vista deles a cota introduziria a discriminação, proibida pela própria constituição brasileira. Poderíamos inverter o raciocínio e ver na cota medidas de correção das desigualdades geradas pela discriminação que, apesar da lei, existe efetivamente, e não como introdução de uma nova injustiça. E como diz o filósofo Habermas, não está na hora de rever os paradigmas deste direito que nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais?

Conceituados juristas brasileiros com reflexão no assunto demonstram claramente que não há nenhuma inconstitucionalidade, pelo contrário, o princí-

pio da igualdade de todos perante a lei não proíbe de modo absoluto as diferenciações de tratamento. O que foi confirmado pela votação unânime de 10 x 0 pela STF, no dia 26 de abril passado.

A cota vai atingir o orgulho e a autoestima dos estudantes negros que se sentirão diminuídos por terem entrado na Universidade por uma pequena porta. Este tipo de argumento manipula a fragilidade de nossos sentimentos e emoções, já abalados pelos preconceitos presentes na cultura e no tecido social. Quem deveria perder o orgulho é a elite política e dirigente brasileira e não a vítima do racismo, que deveria ver na cota uma salvação e não uma inferiorização, pois, com cotas ou sem cotas, o racismo existe na sociedade brasileira e inferioriza sempre. Desde quando os judeus vítimas do holocausto se sentem diminuídos e inferiorizados por receber indenização?

A crítica mais severa feita por alguns dirigentes responsáveis das Universidades públicas com o apoio de muitos professores e pesquisadores é a de que as cotas vão atingir os princípios do mérito e da excelência, protegidos pelo sistema de vestibular, considerado como neutro e democrático.

A respeito da excelência, diz-se que o ingresso na Universidade dos negros e pobres oriundos das escolas públicas através de cotas, pode levar a uma degradação da qualidade do nível do ensino, porque eles não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos selecionados pelo vestibular comum e tradicional. O que significa degradar a qualidade do ensino? Pode significar que os alunos ingressados pelas cotas não sejam capazes de acompanhar as explicações dos professores nas salas de aula, de ler e interpretar os textos, de fazer os seminários e aplicações nos laboratórios, de fazer pesquisa e apresentar os relatórios das mesmas etc., obrigando os professores a baixar o nível de seus ensinamentos, atrasando conseqüentemente os alunos mais capacitados selecionados pelo vestibular tradicional e neutro? No entanto, a prática tem mostrado que não é bem isto que acontece, pois existe o sistema de avaliação para aprovar os melhores alunos e reprovar os alunos ruins. Nossas universidades recebem através de convênios alunos oriundos das escolas públicas africanas cuja qualidade desconhecemos, portanto nenhuma universidade brasileira que rece-

be esses alunos baixou a sua qualidade de ensino! Por que isto aconteceria com alunos brasileiros beneficiados pelas cotas e submetidos ao mesmo conteúdo dos vestibulares que seleciona os melhores entre eles? De fato é o mesmo princípio do darwinismo social: “na luta pela vida é o melhor que ganha” que se aplica a todos, sendo a diferença devida ao fato de que a seleção é feita em câmaras separadas, de acordo com as diferenças entre ensino público e particular.

Concordamos com o princípio de que existem desníveis entre a formação dos alunos oriundos das escolas públicas e das escolas particulares melhor abastecidas, e que esses desníveis podem interferir no aprendizado e no progresso dos alunos nas universidades. Mesmo sendo assim, acredito que nossas universidades públicas têm recursos humanos capazes de minimizar as lacunas dos estudantes oriundos das escolas médias públicas através de programas de formação complementar. Sem vontade política de mudança, os obstáculos não serão vencidos. Pelo contrário, as pessoas ou grupos sociais opostos às mudanças farão tudo que podem para derrotar o processo.

Tomo o exemplo da Universidade da Califórnia em Berkeley, estudado por Sabrina Moehleck em sua tese de doutorado, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (**Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior: Excelência e Justiça Racial**, 2004). Essa universidade constitui um dos nove campi da Universidade da Califórnia; uma universidade seletiva, voltada à pesquisa, que foi o primeiro campi a adotar planos de ação afirmativa sensíveis à raça em seus processos de admissão. De 1965 a 1979, essa universidade criou vários programas que ofereciam basicamente serviços de apoio à qualificação acadêmica dos estudantes antes e durante o curso universitário, e de apoio financeiro, como forma de atuar em áreas complementares ao processo específico do ingresso e minorar as desigualdades existentes entre os alunos. Segundo essa pesquisa, a excelência e a qualidade do ensino não foram afetadas naquela universidade.

Sobre o mérito, a questão é saber se é mais justo colocar na mesma linha de partida alunos que não tiveram igualdade de oportunidades no acesso à educação e fazer uma classificação equitativa entre eles, ou submetê-los separadamente a um mesmo conteúdo seletivo? Por que sancionar aqueles que por

razões socioeconômicas e raciais não tiveram acesso a um ensino fundamental e médio de boa qualidade para competir em pé de igualdade com os outros? O que é afinal a bendita meritocracia medida pelos testes do vestibular? As potencialidades intelectuais naturais dos alunos ou a classe social à qual pertencem?

No Brasil, o debate sobre cotas se polariza da seguinte maneira: de um lado, têm-se a posição predominante (mídias e intelectuais) daqueles que defendem programas racialmente neutros, fundamentados nas políticas de combate à pobreza, com ênfase na melhoria do sistema público da educação básica, como solução para um acesso menos desigual ao ensino superior. Acreditam os defensores desta proposta que os programas direcionados a estudantes em desigualdades de condições econômicas são capazes de beneficiar os estudantes negros, tendo em vista que são os mais pobres em sua maioria. Sobre esta proposta, eu creio que se a discriminação não existir mais, haverá certamente uma melhoria geral nas oportunidades de acesso, mas as desigualdades acumuladas ao longo dos anos se manteriam. Como se deduz das estatísticas resultantes da pesquisa do IPEA (HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Rio de Janeiro; Texto para Discussão Nº 807, IPEA, Julho de 2001), se por milagre o ensino básico público melhorasse seus níveis para que seus alunos pudessem competir igualmente nos vestibulares com os alunos oriundos dos colégios particulares melhor abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 30 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isto supondo que os brancos ficassem congelados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. Uma hipótese, inimaginável, ou melhor, impossível. Quanto tempo a população negra deverá, ainda, esperar por essa igualdade de oportunidades de acesso e permanência em um curso superior ou universitário gratuito e de boa qualidade?

Por outro lado, temos a posição oposta defendida pelas entidades do Movimento Negro, que propõe uma política ou programa de cotas para estudantes das escolas públicas, combinando o critério socioeconômico com o critério racial ou étnico. Esta proposta para mim é a melhor, pois considera a especificidade do negro duplamente excluído pela

condição socioeconômica e pela discriminação racial. Assim, atenderia os dois lados da questão: melhoraria por um lado as oportunidades de ingresso do negro na universidade, e, por outro, diminuiria as desigualdades acumuladas ao longo dos séculos. Mas, sem a reserva de certa porcentagem proporcional das vagas do vestibular, o negro sobraria de novo e as desigualdades se manteriam eternamente. Considerando que a taxa de evasão e de abandono escolar é maior entre os alunos negros do que entre alunos brancos, até nas escolas públicas mais periféricas, o número de alunos negros que termina o segundo grau é menor, comparativamente aos alunos brancos. Se não reservar certa porcentagem a este pequeno número de alunos negros que se apresentam ao vestibular para selecionar os melhores entre eles, as vagas poderão quase todas ser ocupadas pelos melhores alunos brancos das escolas públicas. Parece difícil de entender, mas é uma simples lei da probabilidade matemática.

Finalmente, as cotas poderão ou não contribuir no recuo da discriminação racial na nossa sociedade? As cotas vão sem dúvida promover o acesso a uma educação superior de qualidade e consequentemente a capacidade competitiva dos alunos brancos pobres, negros e índios. Ou seja, a inclusão dos beneficiados na classe média ascendente com efeitos multiplicadores, pois a probabilidade dos filhos deles viverem a situação anterior dos pais é menos provável. Embora reduzir a pobreza não signifique combater automaticamente o racismo antinegro, não devemos perder de vista o fato de que pela primeira vez em suas vidas, alguns alunos negros e brancos terão a oportunidade de conviver, ao frequentar a mesma faculdade ou a mesma escola. Esta aproximação das diferenças ou de convivência das diversidades pode desarmar os preconceitos recebidos na educação familiar e escolar, penso eu. Os preconceitos estão no tecido social, na cultura, nos livros didáticos, em nossos imaginários e representações coletivas, em nossa psicologia do relacionamento, independentemente da classe social à qual pertencemos. É nesses terrenos privilegiados que devemos lutar para transformar as mentes e as consciências individuais e coletivas.

Uma afirmação muito corriqueira em quase todas as conversas é a de que a política de cotas constitui uma ação paliativa que nada vai mudar, pois a questão fundamental é estrutural e depende das lu-

tas de classes, ou seja, depende da revolução socialista ou marxista. Concordamos que o espaço onde se trava a luta pró-cotas é conquistado dentro da democracia liberal, que ainda não é a desejada democracia popular. Preferimos aceitar esta realidade que viver uma utopia resultante da erudição do “fichário”, sem base em nossas realidades. Mais do que isto, os países que conviveram ou ainda convivem com as práticas socialistas ou comunistas não superaram, até onde sabemos, a questão do racismo.

Alguns indagam se a política de ação afirmativa não ameaçaria a unidade ou a identidade nacional, por um lado, e se não reforçaria a exaltação da consciência racial, por outro? Ou seja, se não teriam um efeito “bumerangue”, criando conflitos raciais que, segundo estes, não existem na sociedade brasileira. É dentro desta preocupação que as críticas vêm sendo dirigidas contra as políticas de cotas rotuladas como raciais. Segundo o antropólogo Peter Fry, um dos protagonistas intelectuais dessas críticas no Brasil, “a ação afirmativa não veio somente para compensar negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação. Veio desfazer a ‘mistura racial’ para produzir só duas raças. Antes uma sociedade de classes que recusa reconhecer as identidades raciais, o Brasil é agora imaginado como uma sociedade de ‘raças’ e ‘etnias’ distintas. As políticas de ação afirmativa racial terão a consequência de estimular os pertencimentos ‘raciais’, assim fortalecendo a crença em raças” (FRY, P. 2005, *Op.cit.*, p.336).

Não é novidade dizer que todos os brancos e negros no Brasil acreditam na “mistura racial” como fundante da sociedade brasileira, geneticamente falando. Mas não vejo, salvo numa imaginação criativa, como a ação afirmativa possa desfazer a “mistura racial”, desafiando as leis da genética humana e a ação voluntarista dos homens e das mulheres, que continuarão a manter os intercursos sexuais interraciais. Se as leis e barreiras raciais contra relações sexuais inter-raciais nos Estados Unidos e na África do Sul (apartheid) não conseguiram desfazer a “mistura racial”, como é que isso pode ser possível somente no Brasil, por causa das cotas? Isso seria atribuir à ação afirmativa um poder mágico que na realidade não possui.

Consciente de que a discriminação da qual negros e mestiços são vítimas apesar da “mistura de sangue”, não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resul-

tante de uma discriminação racial camuflada durante muitos anos, o movimento negro vem tentando conscientizar negros e mestiços em torno da mesma identidade através do conceito “Negro” inspirado no “Black” norte americano. Trata-se, sem dúvida, de uma definição política embasada na divisão bi-racial ou bipolar norte-americana, e não biológica. Esta divisão é uma tentativa que já tem mais de trinta anos e remonta à fundação do Movimento Negro Unificado, que tem uma proposta política clara de construir a solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo à brasileira. Ela é anterior à discussão sobre as cotas ou ação afirmativa, que têm apenas uma dezena de anos. Mais do que isso, ela correu paralelamente à classificação popular cromática baseada justamente na multiplicidade de tons e nuances da pele dos brasileiros, resultante de séculos de miscigenação. Afirmar que a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca nasce das políticas de ação afirmativa ainda em debate é ignorar a história do Movimento Negro Brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro que, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro no mesmo pé de igualdade que o branco.

O problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente.

As propostas de combate ao racismo não estão mais no abandono ou na erradicação da raça, que é apenas um conceito e não uma realidade, nem no uso dos léxicos cômodos como os de etnia, de identidade ou de diversidade cultural, pois o racismo é uma ideologia capaz de parasitar em todos os conceitos.

A saída, em nosso entender, não está na erradicação da raça e dos processos de construção da identidade racial, mas sim numa educação e numa socialização que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares. Visto desta ótica, penso que implantar políticas de ação afirmativa não apenas no sistema educativo superior, mas em todos os setores da vida nacional onde o negro é excluído, não significa destruir a identidade nacional nem a “mistura racial” como pensam os críticos das políticas de cotas, que eles mesmos rotulam como cotas raciais, expressão que não brotou da boca do Movimento Negro brasileiro. Sem construir a sua identidade racial ou étnica alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências.

PREMIAÇÃO

PROFESSOR DA FFLCH RECEBE PRÊMIO DA FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

POR LUIS RICARDO BÉRGAMO

O Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro (Departamento de Ciência Política) recebeu em 16 de outubro o Prêmio Leo Nevas de Direitos Humanos, da Fundação das Nações Unidas. A premiação aconteceu em Nova York, durante o evento Global Leadership Awards Dinner, em jantar organizado pela Funda-

ção das Nações Unidas e pela Associação das Nações Unidas dos Estados Unidos.

Em sua trajetória, o professor Paulo Sérgio acumulou as funções de advogado, cientista político e diplomata. Sua carreira na FFLCH começou em 1983, quando foi aprovado em concurso

para professor do Departamento de Ciência Política. Juntamente com o Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, fundou em 1987 o Núcleo de Estudos da Violência (NEV), com o objetivo de incentivar as pesquisas sobre violência e direitos humanos. Hoje o NEV é uma rede internacional de pesquisa e conta com sessenta associados.

Trabalhando para a ONU, o professor visitou cerca de 50 países para elaborar o Relatório Mundial sobre a Violência Contra as Crianças. Trabalhou no Programa Nacional de Direitos Humanos durante o governo Fernando Henrique Cardoso e também no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Atualmente integra a Comissão Nacional da Verdade.

“POR CAUSA DE SUA HONRA” PROFESSORA ROSA ESTER ROSSINI RECEBE TÍTULO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

POR LUIS RICARDO BÉRGAMO

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Rondônia concedeu o título de Professora “Honoris Causa” à professora do Departamento de

Geografia da FFLCH, Dra. Rosa Ester Rossini. A cerimônia aconteceu no dia 31 de outubro e presta merecida homenagem à carreira da docente.

ALUNA DA FFLCH RECEBE PRÊMIO CAPES DE TESE 2012 E MENÇÃO HONROSA NO CONCURSO DE TESES DA ANPOCS 2012

Resumo da tese “Da Pulverização ao Monopólio da Violência: Expansão e Consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Sistema Carcerário Paulista”, ganhadora do Prêmio CAPES de tese 2012 e de Menção honrosa no concurso de teses da ANPOCS 2012.

A tese aborda a expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema prisional paulista e a figuração social que se constituiu nas prisões como resultado da monopolização das oportunidades de poder em mãos de uma facção do crime organizado.

A análise toma como ponto de partida, uma figuração social existente nas prisões, caracterizada por um específico equilíbrio de poder – a figuração social “pré-PCC” – e que, em face de determinadas condições sociais, políticas e institucionais acabou por desarranjar, conformando-se outra figuração, em que a posição central de poder é ocupada pelo PCC. A obra trata de fazer a reconstrução sociológica do processo social através do qual estas transformações foram engendradas.

Do ponto de vista empírico, a tese está lastreada em pesquisa a fontes documentais diversas – im-

prensa periódica, relatórios governamentais e não governamentais, séries estatísticas, cronologias da emergência e crescimento do PCC nas prisões e dos acontecimentos que resultaram nos ataques de maio de 2006 no estado de São Paulo – assim como em 32 entrevistas em profundidade realizadas com membros da organização situados nos mais distintos graus de sua hierarquia. Agrega ainda entrevistas realizadas com agentes do sistema penitenciário, bem como outras realizadas com autoridades do sistema de justiça criminal.

O texto organiza sua análise segundo dois eixos expositivos, o eixo horizontal e o eixo vertical (da figuração).

No primeiro eixo, a tese aborda a emergência e expansão do PCC nas prisões como um processo macrossociológico, referido às motivações de ordem político-institucional e de gestão do crime e da vio-

lência urbanas que criaram o campo possível para o enraizamento do crime organizado nas prisões do sistema penitenciário paulista.

No segundo eixo, o foco é a dinâmica interna de poder, as lutas entre facções rivais pelo controle do poder sobre amplas massas carcerárias que culminaram com o monopólio em mãos do PCC. A articulação entre esses dois eixos e a transição de uma situação de pulverização para uma situação de mo-

nopólio da violência constituem aspectos de relevância da obra.

Camila Caldeira Nunes Dias – autora da tese – fez bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais na USP, mestrado e doutorado em Sociologia na mesma universidade. Atualmente é professora adjunta da UFABC e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos da Violência da USP

PROJETO NASCENTE PREMIA ALUNO DA FFLCH

REPORTAGEM: LUIS RICARDO BÉRGAMO

Em sua vigésima edição, o Prêmio Projeto Nascente é obra da Pró Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. A premiação dos vencedores aconteceu no Anfiteatro da Faculdade de Medicina,

no dia 28 de setembro. Entre os premiados, destacaram-se três alunos da FFLCH que receberam o prêmio máximo em suas categorias. Além disso, outros alunos receberam menção honrosa por seus textos.

TÍTULO	GÊNERO	CATEGORIA	NOME DO ALUNO	CURSO
<i>MORTALHA</i>	Ficção	audiovisual – Vencedor	Diego da Silva Louren	Letras
<i>PARÁGRAFOS E RETALHOS</i>	Ficção	Texto – Vencedor	David Araújo Bezerra	Letras
<i>DOBRAS</i>	Poesia	Texto – Vencedor	Júlia de Souza	Letras
<i>PELO ANDAR DO DIA</i>	Poesia	Texto – Menção Honrosa	Lucas de Lacerda Z. de Agustini	Letras
<i>SULFÚRIA</i>	Poesia	Texto – Menção Honrosa	Fabiano Antonio Calixto	Letras
<i>SERÃO</i>	Poesia	Texto – Menção Honrosa	Jorge Gonçalves de Oliveira Júnior	Ciências Sociais
<i>KREUZWORTSATZEL</i>	Crônica	Texto – Menção Honrosa	Wagner dos Santos Veillard	Ciências Sociais

EVENTO

PRESIDENTE DA IRLANDA VISITA A USP E FIRMA ACORDO COM A FFLCH

POR: LUIS RICARDO BÉRGAMO

No dia oito de outubro, o presidente da Irlanda, Michael D. Higgins fez visita oficial à USP. Sua recepção foi feita no gabinete da reitoria pelo Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, e pelo diretor da FFLCH, Prof. Dr. Sergio França Adorno de Abreu.

Na ocasião, foram firmados três acordos acadêmicos.

Com a FFLCH o governo irlandês renovou por mais três anos o convênio com a Cátedra de Estudo Irlandeses W.B. Yeats. Esse é um importante passo para o Programa de Estudos Irlandeses, que atua na

Universidade desde 1980. A Cátedra W.B. Yeats age nas áreas de literatura e cultura irlandesa, promovendo eventos de investigação, promoção e disseminação de estudos irlandeses.

O segundo acordo atinge toda a comunidade USP

e foi firmado entre a Vice-Reitoria de Relações Internacionais e o Trinity College Dublin. Por fim, foi firmado acordo de cooperação entre a University of Limerick e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP (FZEA/Pirassununga).



PRODUÇÃO CIENTÍFICA



10/3 = 3/CABRAL

LUIZ ARMANDO BAGOLIN

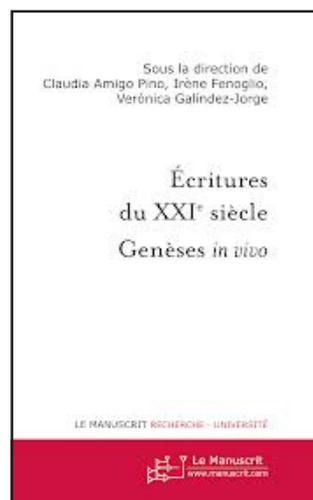
Em *10/3 = 3/Cabral*, Luiz Armando Bagolin e Leon Kossovitch juntamente com o artista discutem algumas das obras de Cabral da produção exposta na galeria Paulo Vasconcellos, em 1991, assim como as obras de 1995 expostas no MAC/USP, além dos “painéis” expostos na Pinacoteca do Estado em 1999. O processo de elaboração do livro partiu da decisão dos três em realizar encontros buscando pontos de convergência entre os trabalhos que continuaram sendo produzidos para a realização deste livro e as obras das exposições mencionadas. Por isso, não se encontrará nesta edição nenhuma tentativa de documentar cronologicamente a produção do artista, constituindo-se mais como um ensaio, livre, sobre a obra de Cabral, sem intromissões teleológicas ou sistematizadoras.

Editora Edusp

ECRITURES DU XXI^E SIÈCLE*IRÈNE FENOGLIO, CLAUDIA AMIGO PINO, VERONICA GALÍNDEZ-JORGE (orgs.)*

Écritures du XXI^e siècle fait le point sur des problématiques ayant trait à la genèse de l'écriture et à la création littéraire d'aujourd'hui, organisés en deux ensembles : d'une part, comment écrivent, aujourd'hui les auteurs ? Quels usages font-ils de l'ordinateur ? Quelles conceptions ont-ils de leur propre travail d'écriture ? D'autre part, et c'est peut-être l'intérêt majeur et innovant de ce livre, une relation peut-elle s'engager entre l'observateur de la genèse d'une oeuvre et l'auteur de cette oeuvre et si oui qu'apporte-t-elle à l'un et à l'autre ? Ainsi l'acte d'écrire, les mouvances et la signification d'un style ou d'un texte, la « fictionnalisation » d'un carnet d'écrivain par exemple, prennent-ils tous leurs sens au travers des documents personnels ou manuscrits qu'analysent, en entretiens, ou donnent à voir des écrivains de renom, tels Maryse Condé, Claude Louis-Combet, Marcel Cohen ou encore Pascal Quignard. Approcher l'écriture de ce XXI^e siècle en privilégiant le geste élaboratif et l'espace de fabrication plutôt que le produit fini de l'écrit, telle est la visée de cet ouvrage : genèses in vivo, une façon d'honorer la créativité littéraire en acte, aujourd'hui, sous nos yeux.

Editora Le Manuscrit

**TEORIAS GRAMATICAIS DA LÍNGUA JAPONESA***TAE SUZUKI, SONIA NINOMIYA, JUNKO OTA, LEIKO MORALES (Orgs.)*

A poesia, considerada a arte maior da corte Heian (séc. VIII-XII), sempre ocupou um lugar de destaque nas letras japonesas. No afã de encontrar as melhores formas de exprimir a alma poética, poetas e teóricos da poesia começaram a descobrir certas constantes de sua língua. Este livro começa por pincelar o caminho pelo qual esses observadores de fenômenos de sua própria língua foram, ao longo dos séculos, sistematizando e construindo sua gramática.

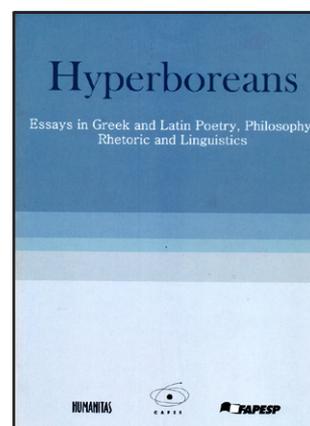
Da abertura dos portos para o Ocidente em meados do século XIX, decorre um processo em que se fundem a gramática e a linguística ocidentais e o pensamento linguístico tradicional, dando origem aos estudos linguísticos modernos do japonês,

cujos fundamentos são apresentados neste volume pela discussão das ideias de seus maiores representantes: Yamada Yoshio, Hashimoto Shinkichi, Tokieda Motoki e Watanabe Minoru.

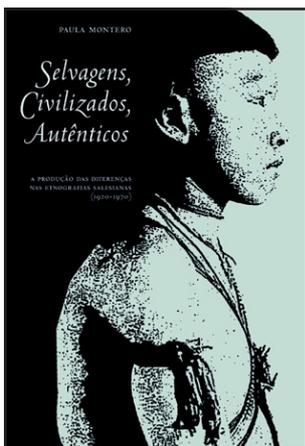
Editora Humanitas

HYPERBOREANS: ESSAYS IN GREEK AND LATIN POETRY, PHILOSOPHY, RHETORIC AND LINGUISTICS*PAULA DA CUNHA CORRÊA, MARCOS MARTINHO, JOSÉ M. MACEDO, ALEXANDRE P.**HASEGAWA (Ed.)*

O livro reúne ensaios elaborados a partir de trabalhos apresentados no “TV Simpósio de Estudos Clássicos da USP”, em novembro de 2010. De autoria de eminentes especialistas da área dos Estudos Clássicos, de universidades da Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, os ensaios distribuem-se em seis seções: “Lírica grega”, “A poesia de Horácio”, “A recepção romana da poesia e filosofia grega”, “Retórica grega e latina”, “Iconografia e poesia” e “Linguística grega e latina”.



Editora Humanitas



SELVAGENS, CIVILIZADOS, AUTÊNTICOS: A PRODUÇÃO DAS DIFERENÇAS NAS ETNOGRAFIAS SALESIANAS (1920-1970)

PAULA MONTERO

A atividade missionária, nos diversos contextos em que se estabeleceu, construiu uma perspectiva antropológica particular da diversidade cultural, registrada por uma considerável obra etnográfica. Fonte de inspiração para historiadores, linguistas e antropólogos, ela promoveu a convergência entre modos bastante distintos de ver e estar no mundo e traduziu, simbolicamente, a alteridade em diferença. Os resultados dessa tradução são sempre imprevisíveis, uma vez que a significação não é gerada simplesmente pela lógica cultural, mas depende de projetos, intenções ocasionais, eventos e agentes situados. A partir de momentos distintos da atividade missionária no Brasil, *Selvagens, Civilizados, Autênticos* analisa as descrições da vida indígena em diferentes monografias salesianas, a fim de decodificar o conjunto de regras que organizam seus modelos de representação e as formas recíprocas de apropriação simbólica que decorre da interação entre os autores e seus principais informantes.

Editora Edusp

CUIDADO E CUIDADORAS: AS VÁRIAS FACES DO TRABALHO DO CARE

HELENA SUMIKO HIRATA E NADYA ARAÚJO GUIMARÃES (orgs.)

O trabalho de cuidado (care work) é uma atividade profissional em plena expansão na economia de serviços em escala internacional. Tradicionalmente, às mulheres tem sido confiado o encargo do cuidado domiciliar das pessoas idosas, das crianças, dos deficientes e dos doentes. No Brasil, como em outros países, o cuidado aos idosos é realizado pelas empregadas domésticas e diaristas que, além do trabalho doméstico, têm como responsabilidade adicional o cuidado dos idosos e das crianças.

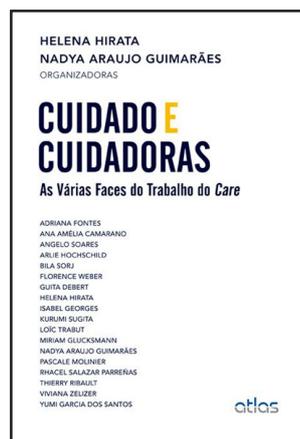
Esta coletânea reúne textos de autores brasileiros e estrangeiros, especialistas no tema, vários deles reconhecidos mundialmente por suas pesquisas e obras sobre o care.

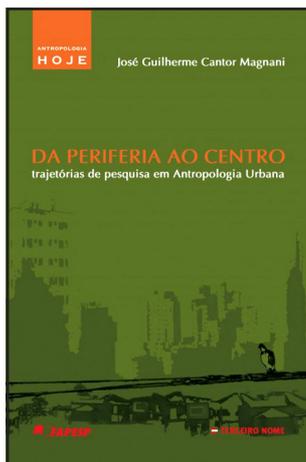
Os tópicos procuram recobrir tanto o debate teórico internacional sobre o care – trazendo algumas das contribuições contemporâneas mais significativas –, quanto abrir o leque para uma multiplicidade de enfoques empíricos, vários deles com claro intuito comparativo, e todos eles deixando ao leitor pistas importantes para retomar as questões teóricas à luz das diferentes realidades aqui tratadas.

O livro se estrutura em quatro partes. Inicia, na Parte I, intitulada “Care, trabalho e emoções”, com uma reflexão densa sobre as teorias do care, sua definição e seu alcance, sobre as questões relacionadas à ética, à política e à economia do care. Avança, na Parte II “Configurações sociais do care”, em busca de flagrar e comparar configurações e regimes sociais de provimento que estão na base do entendimento das variantes sociais do trabalho de cuidado.

A Parte III é denominada “Care, políticas públicas e profissionalização”. Focaliza desafios societais com vistas à profissionalização relativamente recente dessa modalidade de trabalho, com suas características e especificidades, e o lugar das políticas públicas. A última parte “Care e migrações internacionais” enfoca um dos aspectos centrais ao modo de recrutamento e organização do trabalho de cuidado, qual seja, o seu elo com a dinâmica dos fluxos migratórios e com os modos de inserção de migrantes, notadamente internacionais, em mercados nacionais de trabalho de países diversos.

Editora Atlas





DA PERIFERIA AO CENTRO: TRAJETÓRIAS DE PESQUISA EM ANTOPOLOGIA URBANA

JOSÉ GUILHERME CANTOR MAGNANI

A cidade contemporânea é o principal objeto de estudo deste livro que, sem se afastar das fontes teóricas legadas pelos antecessores, tece pontes entre diversas linhagens e revela os vínculos entre a formação clássica e nossos professores mais próximos.

Segundo Mariza Peirano:

“No primeiro momento, atenta-se ao complexo caminho que vai das origens da antropologia aos temas de preocupação do autor. O trajeto passa pelas duas mestras, Ruth Cardoso e Eunice Durham, que consolidaram uma linha de estudos na USP em que a cultura rústica desemboca na cidade, as periferias de São Paulo deságuam nos movimentos sociais urbanos, e o lazer e as festas aparecem no pedaço, na mancha, no trajeto e no circuito.

Na sequência, a experiência de pesquisa com os alunos do Núcleo de Antropologia Urbana revela a perspectiva etnográfica do autor. Por fim, um exame detido da natureza da investigação etnográfica, do olhar “de perto e de dentro”, que, tendo como pressuposto a relação de alteridade, irá produzir um tipo de conhecimento inesperado e surpreendente.

Aqui, o contraponto com *Tristes trópicos*, de Lévi-Strauss, e as próprias “expedições” do autor pela metrópole paulistana levam ao exame da pertinência da combinação de uma antropologia na e da cidade.”

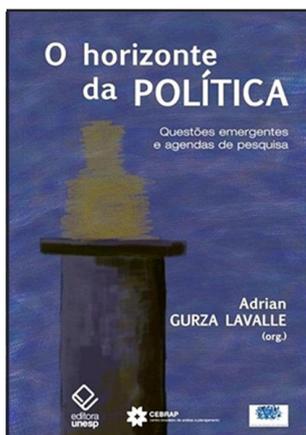
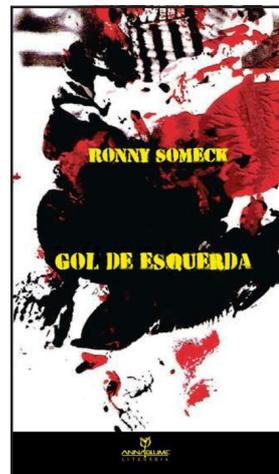
Editora Terceiro Nome / FAPESP

GOL DE ESQUERDA

Ronny Someck (Traduzido por *MOACIR AMÂNCIO*)

“Destaca-se em sua poesia que, mesmo vivências tão intensas e complexas não prendem o autor a uma região, a um só passado e a um só suposto futuro. Sim, há ali o iraquiano, está ali o novo imigrante judeu originário de um país árabe e transferido para um país onde predominam valores e estilos ocidentais. E em vez de reduzir o foco, Ronny, que vem dos tempos da contracultura, abre o panorama e se torna um poeta universal de fato e de direito.” (Moacir Amâncio)

Editora Annablume



O HORIZONTE DA POLÍTICA: QUESTÕES EMERGENTES E AGENDAS DE PESQUISA

ADRIAN GURZA LAVALLE (org.)

Política e, em particular, novas agendas de pesquisa para disputar ou alargar a sua compreensão são o foco deste livro. A proposta desta obra visa a iluminar diversas fronteiras de redefinição e ampliação da nossa compreensão da política a partir de esforços de construção de agendas de pesquisa nos quais, normalmente, a história brasileira recente desempenha papel crucial.

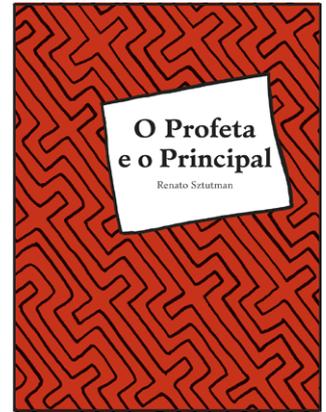
Editora Unesp

O PROFETA E O PRINCIPAL: A AÇÃO POLÍTICA AMERÍNDIA E SEUS PERSONAGENS

RENATO SZUTMAN

Caraíbas e morubixabas. Assim os antigos tupi da costa brasílica chamavam seus grandes pajés e chefes de guerra. Nas fontes dos séculos XVI e XVII estes eram muitas vezes reconhecidos como profetas e principais. Como um problema relacionado a povos do passado – a imbricação entre o que convencionamos chamar de “religioso” e “político” – pode ser repensado agora, em vista das etnografias sobre povos atuais, com suas novas interrogações? Em que medida é possível falar em uma “ação política ameríndia”, uma vez revelada a constante metamorfose de intrigantes personagens, como chefes, guerreiros, xamãs, profetas, sacerdotes, feiticeiros, entre tantos outros? Eis as questões e os desafios lançados por este livro, que toma como ponto de partida as ideias de Pierre e Hélène Clastres sobre os mecanismos indígenas de recusa e conjuração do poder coercitivo e de toda unificação ontológica.

Editora Edusp



RELIGIOSIDADE NO BRASIL

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA (org.)

Acaba de ser lançado pela EDUSP *Religiosidade no Brasil*, organizado por João Baptista Borges Pereira. Os artigos que compõem este livro versam sobre a diversidade religiosa brasileira, que expressa a complexa realidade sociocultural de nosso país. Os ensaios foram publicados pela primeira vez na *Revista USP*, integrando o dossiê “Religiosidade no Brasil”, número temático esgotado em semanas, que reuniu estudiosos de várias partes do país. Esta coletânea reproduz integralmente o dossiê da Revista, acrescido de artigos que não constaram da edição original por motivos vários, como os textos de Augustin Vernet, Suzana Ramos Coutinho Bornholdt e João Baptista Borges Pereira. O organizador do livro aponta que esse painel inclui desde religiões étnicas, até as autoproclamadas religiões universais, passando pelas rotuladas religiões etnicizadas, características de um país de imigração.

João Baptista Borges Pereira é antropólogo, Professor Emérito do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP e Professor Pleno do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Editora Edusp

A POLÍTICA DO PRECARIADO: DO POPULISMO À HEGEMONIA

RUY BRAGA



Em seu novo livro, o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo, Ruy Braga, utiliza os instrumentos teóricos da sociologia marxista crítica a fim de propor uma leitura inovadora da história social do Brasil – do populismo fordista ao atual lulismo hegemônico –, tendo como vetor analítico a “política do precariado”. Definido como o proletariado precarizado, o conceito de “precariado” situa esse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, enfatizando a precariedade como inevitável no processo de mercantilização do trabalho.

Neste livro ambicioso, Braga se coloca diante da tarefa de decifrar a relação entre o proletariado precarizado e a hegemonia lulista. Uma das inspirações do autor são as análises afiadas de Francisco de Oliveira, que priorizaram a reflexão sobre a “formação do avesso” ao demonstrar a despolitização da classe trabalhadora como consequência do governo petista e das políticas públicas federais que alimentaram na última década o mito da superação da crise por meio do aumento constante do consumo popular. Em um trabalho de intensa acumulação crítica, Braga também dialoga com André Singer e Jessé Souza em suas leituras do fenômeno lulista. O livro é dividido em quatro capítulos, seguidos por uma coletânea de artigos escritos ao longo de 2011 e 2012. Tais “intervenções” indicam de maneira privilegiada o movimento de reflexão engajada de um pensador profundamente atento às dinâmicas históricas de seu tempo e às manifestações fragmentadas do processo de precarização em marcha.

O estudo de Ruy Braga procura dar conta tanto dos processos econômicos estruturais (o fordismo periférico, sua crise, a passagem ao pós-fordismo financeirizado) como da dimensão subjetiva do proletariado precarizado (a angústia dos subalternos, a inquietação operária, a pulsão plebeia ou classista dos explorados). Essa atenção à subjetividade do proletariado precarizado, particularmente desenvolvida no capítulo sobre os teleoperadores da indústria do call center, forma atual do precariado brasileiro, é uma das contribuições mais interessantes e originais para a análise da hegemonia em questão. Outro diferencial inovador é insistência na necessária reflexão sobre a política do precariado antes e depois do golpe militar – o que resulta na ousada tese de que o lulismo se caracteriza pela superação do populismo – no sentido da *Aufhebung* hegeliana: nega, conserva e eleva a um patamar superior.

Tão rigorosa quanto inovadora, essa obra é também provocante a ponto de desmanchar consensos e “eminente radical, crítica e subversiva”, nas palavras de Michael Löwy, autor do prefácio. Na contracorrente do consenso dominante, a pesquisa de Ruy Braga indica que a despeito da relativa “satisfação” acusada pelas eleições presidenciais, e da aparente estabilidade do modo de regulação proporcionada pelo “transformismo” petista, a hegemonia lulista encontra-se assentada em um terreno historicamente movediço. A instabilidade de base seria resultado de um consentimento passivo das massas que aderiram momentaneamente ao governo, seduzidas pelas políticas públicas redistributivas e pelos modestos ganhos salariais advindos do crescimento econômico; e de um consentimento ativo das direções sindicais, seduzidas por posições no aparato estatal, fora as incontáveis vantagens materiais proporcionadas pelo controle dos fundos de pensão.

Quando a pulsão plebeia esmiuçada no livro volta a impulsionar a atividade grevista no país, Ruy Braga nos impele a refletir sobre os limites do atual modelo de desenvolvimento brasileiro. A política do precariado é, portanto, leitura obrigatória para os que desejam entender e transformar o momento presente.

Editora Boitempo



LINGUAGENS DO ORIENTE: TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

ARLETE CAVALIERE E REGINALDO GOMES DE ARAÚJO (orgs.)

As transformações no panorama internacional, com o crescente deslocamento do eixo geopolítico para a Ásia e os conflitos interétnicos e interculturais acirrados nos últimos anos, resultaram na crescente demanda de discussão e análise acerca das culturas orientais.

O Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, estruturado como um departamento multidisciplinar (único curso universitário com graduação e pós-graduação do Brasil voltado para este campo do saber) promoveu em setembro de 2010, durante três dias, o I Encontro Internacional Linguagens do Oriente - Territórios e Fronteiras.

Este importante evento, a reafirmar o papel medular do DLO no contexto da USP, em particular, e no da sociedade brasileira em geral para a ampliação e difusão dos estudos orientais entre nós, propiciou uma reflexão integrada de seus docentes e de pesquisadores internacionais, especialmente convidados, sobre questões atinentes ao estudo da língua, literatura e cultura dos povos do Oriente.

A presente coletânea de ensaios constitui, assim, o resultado de um processo coletivo de abordagem de preocupações teóricas (estética, filosóficas e metodológicas), cujo eixo aglutinador pretende se acercar da problemática das “fronteiras” e dos “territórios” em uma concepção abrangente: considerar as possíveis interfaces (sociais, políticas, linguísticas, culturais, literárias e artísticas) entre os “diferentes” orientes (próximo, médio e extremo), na perspectiva de sua intersecção e/ou integração - tema, sem dúvida, da maior relevância para uma percepção abrangente de nossa contemporaneidade.

Editora Targumim

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – nº 71 outubro/novembro e dezembro de 2012



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Serviço de Comunicação Social – SCS

Prédio da Administração – Rua do Lago, 717
Cidade Universitária – CEP 05508-900
São Paulo / SP
Telefones: 3091-4612 / 4938 / 1513

